

## O triste espetáculo <sup>atual</sup> do leilão constituinte <sup>p 4</sup>

O governo brasileiro já está informado de que não conseguirá um acerto definitivo, de longo prazo, com os credores externos enquanto a futura Constituição não estiver pronta e, principalmente, enquanto não estiver definido o tempo de duração do mandato do presidente José Sarney. O ministro da Fazenda, Malson da Nóbrega, repetindo o que já dizia o professor Bresser Pereira, vem alegando que fica impossível montar qualquer política de combate à inflação e de retomada dos investimentos na economia sem que se saiba quanto tempo ainda a administração Sarney durará. O sistema econômico está praticamente paralisado, em parte devido à morosidade da Constituinte, situação que foi agravada pela disputa em torno do mandato do atual presidente da República. Ministros de Estado, com exceção dos homens que cuidam diretamente da área econômica, deixam todos os seus afazeres — que não são poucos, num país com tantos problemas — para se dedicarem, em tempo integral, à tarefa de garantir no plenário da Assembléia os votos necessários para que Sarney governe os cinco anos.

Essas são algumas razões que justificariam plenamente a inversão da pauta de votação do texto constitucional, passando para o primeiro lugar os artigos que tratam do sistema de governo e da duração do mandato presidencial. No entanto, em meio a um nauseabundo espetáculo de corrupção explícita, o plenário da Assembléia começou a trabalhar ontem sem que essa alteração fosse aprovada. Na decisão dos constituintes de manter a ordem natural de votação como está no regimento interno pesaram apenas — aliás como em quase tudo na política brasileira — considerações de ordem pessoal — especialmente a esperança de inflacionar o preço dos votos — e eleitoral. Em nenhum momento pensou-se na crise que o País está enfrentando (exatamente que ninguém, lá em cima, pensa nela), e nas dificuldades que a briga pelo mandato está criando.

Os adversários do presidente Sarney, os defensores dos quatro anos, que no início do ano propuseram a definição imediata do mandato e do sistema de governo, recuaram depois que a emenda dos cinco anos conseguiu arrebatar 317 assinaturas, 37 a mais do que as necessárias para sua tranquila aprovação no plenário. Diante dessa demonstração de força do Palácio do Planalto, os quatroanistas mudaram de tática e agora preferem deixar o tempo passar, na esperança de que o agravamento da crise econômica leve muitos dos adeptos do mandato de cinco anos a reverem suas posições. Com isso, o PMDB "histórico", o PT, o PDT, parte do PFL e as esquerdas de um modo geral estão investindo na crise, sem a menor consideração para com o povo brasileiro.

Mas pior, muito pior mesmo, foi a atitude dos "amigos" do presidente Sarney (quem tem "amigos" desse tipo certamente não precisa de inimigos). Muitos foram contra a mudança na ordem de votação, tentada até a última hora pelo governo, por motivos exclusivamente mercantis. Ou seja, eles aceitavam — e ainda aceitam — votar antes da hora o mandato e o sistema de governo desde que recebiam alguma compensação, desde que o governo pague por esse voto.

Antigamente, quando havia mais um pouquinho de pudor na vida política brasileira, essas transações

eram realizadas mais discretamente e chegaram a ser punidas, se flagradas. Hoje, sob a "Nova República transparente", a degradação dos costumes políticos vai além de qualquer medida: faz-se tudo abertamente. Até o valor de cada negócio é anunciado com estardalhaço. O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, por exemplo, teve a audácia de avisar, publicamente, que só irá trabalhar pela antecipação da votação do mandato se os parlamentares que assinaram a emenda dos cinco anos forem atendidos com cargos no segundo e terceiro escalões do governo. "Sarney sempre reclamou da falta de apoio político e agora mostramos a ele com quem pode contar. Basta que adapte seu governo à nova base parlamentar para que façamos a votação." O recado de Lourenço foi sutilmente completado pelo sr. Roberto Cardoso Alves com uma citação bíblica: "É dando que se recebe".

Essa audácia e esse descaramento, se confirmam que os audaciosos e os descarados "estão por tudo", pouco se importando com serem eleitos mais uma vez, já que estão com a vida feita, respondem também a uma garantia de impunidade melhor do que qualquer outra: a que é fornecida pelo próprio presidente da República. Mas mesmo neste país sem limites ela foi longe demais. Os signatários da moção de apoio aos cinco anos preferiram cozinhar em fogo lento o seu patrocinador "para mantê-lo sob controle".

É que quem foi acostumado a conseguir tudo na vida com muita facilidade, na base da barganha (voto por emprego, estações de rádio e tv, verbas a fundo perdido etc), torna-se absolutamente insaciável e quer sempre mais...

Em outros tempos, tais demonstrações de falta de pudor eram simplesmente classificadas como chantagem e entregues à delegacia mais próxima para abertura de inquérito e prisão dos responsáveis. Hoje, essas cenas de corrupção explícita são consideradas gestos de "sabedoria política". Na verdade, não passam daquilo que o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), membro do Centrão, chamou de "conversa de prostíbulo". Segundo lembrou o parlamentar fluminense, "as meninas do Mangue também dizem que é dando que se recebe".

A grande ironia em tudo isso está em que o presidente e seus assessores estão cometendo um terrível engano, sacrificando inutilmente a Nação. O tempo de duração do mandato de Sarney, por mais que ele "invista" nos cinco anos ou por mais que seus adversários façam campanha pelos quatro anos, não será definido pela força de um ou de outro grupo, e, provavelmente, nem mesmo pela vitória no voto de um dos lados. É a situação econômica, e tamanho da inflação que ele está ajudando a engordar com o leilão pelos votos, que irá — à revelia até do que estabelecer a Constituição — determinar a duração do mandato de Sarney. Ou ele pensa que conseguirá se manter muito tempo no cargo se não conseguir evitar a hiperinflação que já está batendo à porta?

O mais triste é que se chegarmos mesmo à situação de ver a hiperinflação resolver esta parada, teremos perdido totalmente estes terríveis anos de "transição". Estaremos, muito provavelmente, mergulhando em mais uma etapa de retrocesso político que porá ainda mais longe o sonho de uma democracia brasileira.

Eleições gerais o mais rápido possível, apesar de todos os riscos, implícitos numa campanha eleitoral a cargo dos candidatos que conhecemos, ainda seria a melhor opção porque, ainda que não nos poupasse de mais um ataque arrasador das conhecidas aves de rapina, ao menos poria ao alcance dos nossos olhos a luz no fim do túnel...